



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 7/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 08 de abril de 2015

----- Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 06/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 25 de março de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-
dois da Tesouraria (n.º64) respeitante ao dia 07 de abril, que apresentava os
seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.490.042,97; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.148.090,07; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 334.540,75. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** A vereadora Dr^a. Dalila
Barros usou da palavra para elucidar o presidente da Câmara no seguimento da
sua intervenção, na reunião de 25 de março, no que se refere à intervenção de
“uma pessoa do público”, que se tratava do senhor João Simões, pelo facto do
mesmo proferir palavras “menos próprias” para com o vereador sr. José Pereira,
facto esse que só pode lamentar, apelando de seguida para que tais situações
não voltassem a ocorrer, tendo o presidente da Câmara mencionado que não se
apercebeu da situação. A vereadora continuou a sua intervenção referindo que
percebeu que o executivo, na reunião não se apercebeu de quem era o causador
dos distúrbios, e “hoje estou a dizer quem foi a pessoa, lamento muito pelos
cargos que ocupa”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para fazer uma breve retrospectiva
da Feira dos Doces D'Avó, iniciativa essa importantíssima para a divulgação e
promoção das “nossas tradições”, deixando de seguida um agradecimento à
equipa técnica do Município, pelo trabalho desenvolvido, disponibilidade e
profissionalismo demonstrado. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar ao presidente, cópia
do documento justificativo, referente ao número 4 do artigo 62.º da Lei n.º 82-
B/2014 – OE/2015, dado que já “solicitei o mesmo, em duas reuniões seguidas
e ainda não me foi entregue, e os dez dias já lá vão”, tendo o presidente
esclarecido que se recorda do assunto, e que existiu um esclarecimento, por parte
do Chefe de Divisão, Dr. João Dias. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que
solicitou igualmente cópia dos processos do CEI e CEI +, em 23 de fevereiro,
e “ainda não foram entregues”, e como tal questiona será a forma habilidosa de
esconder o que não está a ser corretamente elaborado? Findou mencionando que

o senhor presidente “bloqueia-nos” o caminho, não cumprindo com o estipulado por Lei, e nesse sentido questiona o que é que o senhor espera que se faça, perante esta situação? . -----

----- O presidente usou da palavra para informar que após a Ata ser publicada, no que concerne aos processos do CEI e CEI+ foi abordado “por parte de alguém visado na matéria”, e constatou que tinha ocorrido uma contradição, dado que o solicitado tinha sido cópia dos processos e não uma consulta aos mesmos. Deu nota ainda que solicitação “na altura” foi inoportuna, uma vez que devia ter sido feita uma prévia marcação. -----

----- A vereadora Dr^a Dalila Barros usou da palavra para acrescentar que solicitou à Dr^a. Graça Barbara apenas duas ou três folhas de cada processo, “portanto, isso não é desculpa senhor presidente”. -----

----- O presidente interveio para relembrar que enquanto vereador opositor, solicitou várias vezes, cópias de documentos e foram negadas. -----

----- A vereadora Dr^a Dalila Barros usou da palavra novamente para referir que já solicitou várias vezes os documentos, “agora vocês façam o que quiserem”, e que não entende o porquê dos mesmos não serem facultados ou consultados, acrescentando de seguida “que não podem consultar, uma vez que segundo o senhor presidente, vamos incomodar as pessoas que estão a trabalhar”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar que o senhor presidente “esquece-se das coisas que diz”, nomeadamente dos comentários pouco dignos que faz ao proibir à entrada dos vereadores da oposição, nos gabinetes dos funcionários, “a solicitar o quer que seja”, bem como obrigar a apresentar por escrito os pedidos/informações. Deu nota de seguida que há incumprimento por parte do presidente, por não responder no prazo de dez dias, conforme o Regimento, às solicitações efetuadas durante as reuniões, limitando assim a ação dos vereadores da oposição, enquanto entidade fiscalizadora. ----

----- O presidente usou da palavra para referir que gostava que os vereadores da oposição fossem “mais razoáveis”, uma vez que os processos da CEI e CEI+ tem um conteúdo demasiado volumoso para fotocopiar, sendo em sua opinião “um esbanjamento de dinheiro e perda de tempo”, tendo o vereador

José Pereira questionado se isso o incómoda? O presidente referiu que não se sente incomodado, e que facultará os processos solicitados. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que o vereador José Pereira coloca/profere afirmações/palavras que dá a entender que estamos aqui a “esconder algo, ou inviabilizando”, nomeadamente a limitar a ação dos opositores, tendo o vereador José Pereira mencionado que o presidente limita, ao proibir a entrada nos gabinetes dos funcionários. O vereador José Galrito continuou frisando que “se fosse ele” a solicitar cópia dos processos “alegavam dinheiros públicos”, e como tal não aceita que se passe para fora a imagem que existe “ocultação do quer que seja”, na Autarquia, e que não há qualquer instrução por parte do executivo ou qualquer veículo redutor para limitar a “vossa” ação política. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que o vereador José Galrito está deturpar o assunto, e nesse sentido questiona o presidente se é verdade que o mesmo mencionou, em reunião de Câmara, que os vereadores da oposição não podiam importunar os funcionários na hora laboral? tendo o presidente referido que “não é verdade”, mas sim que mencionou “que o entrar dentro de um gabinete para solicitar informações e/ou documentos, podia interferir com as tarefas dos funcionários, em questão de tempo de resposta, e como tal sugeria marcação prévia, não proibindo qualquer entrada. O vereador continuou a sua intervenção solicitando a auscultação da gravação, para apuramento dos factos, bem como frisar que não tem que apresentar qualquer documento/requerimento a solicitar informações como é exigido, e que “os senhores não cumprem o regimento”, tendo o vereador José Galrito usado da palavra para frisar que os vereadores da oposição tem acesso a informações/documentação “como ninguém teve”, ao qual o vereador José Pereira interveio para alertar e relembrar que o vereador José Galrito sempre disse e consta em Ata “que tinha liberdade para ir junto dos funcionários e que o seu gabinete era junto da Chefe de Divisão”. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que não é a questão do espaço que está em causa, mas sim o acesso aos documentos e/ou funcionários e apresentar por escrito os pedidos, tendo o vereador José Galrito acrescentado que nunca teve cópias de documentos “ nenhuns” porque era

esbanjamento de dinheiros públicos, afirmando de seguida que tinha liberdade de se deslocar ao gabinete da Chefe de Divisão. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se o apresentar por escrito as solicitações e a marcação prévia da consulta dos documentos, não é limitar a ação dos vereadores, tendo o presidente esclarecido que o apresentar por escrito “é só fora das reuniões de Câmara”, dado que durante as reuniões não é necessário que isso ocorra. O vereador José Pereira continuou referindo que não corrobora com o referido, pois não corresponde à verdade e consta em Ata. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para relembrar o presidente que o “seu” Chefe de Gabinete enviou correio eletrónico a solicitar que os documentos fossem apresentados por escrito. De seguida citou a intervenção do presidente, na reunião de 11 de março, no que concerne ao Comandante Operacional Municipal (COM), nomeadamente “*O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que o ponto em discussão prende-se com a determinação do índice remuneratório previsto para categoria de Comandante Operacional Municipal (COM), e como ainda não existe consenso com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) sobre o vínculo laboral destes técnicos, o executivo entendeu ficar pelo índice remuneratório equivalente aquilo que o mesmo auferia como adjunto*”, para mostrar que constatou, através dos recibos de vencimento que o senhor João Carlos Simões, no mês de fevereiro, auferia o valor € 1.922,37 enquanto COM, e em adjunto auferia uma remuneração de € 1.856,23, e como tal não entende que “o presidente, em 11 de março venha dizer que ele auferia como adjunto se no mês de fevereiro ele já recebeu como COM, uma vez que ainda não tinha sido decidido”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que espera que o presidente “não coloque em causa as palavras que proferiu e que estão em Ata”, dado que existe uma diferença aproximadamente de € 100,00 entre o vencimento de COM e Adjunto, no entanto, considera que o valor não interessa, “o que me interessa é que foi dito uma coisa e a seguir pratica-se outra”, tendo o vereador José Galrito usado da palavra para referir que o COM auferia “mais” devido ao índice remuneratório. O vereador José Pereira continuou a sua

intervenção para referir que o que está em causa é a atitude do senhor presidente, dado que referiu que o funcionário iria auferir o mesmo vencimento.

----- O presidente usou da palavra para esclarecer que o critério que a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) quer implementar a nível do Algarve é de nivelar o COM, pelo índice equivalente ao de Chefe de Divisão, porém, por considerar que a estrutura e/ou dimensão do município de Alcoutim é diferente dos restantes, julgou que, deveria nivelar o funcionário com a mesma remuneração que auferia, acontecendo que o valor que era dado para este cargo, ou, seria inferior ou imediatamente superior, e como “não quis prejudicar o funcionário, foi por isso que foi para esses valores”. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio novamente para referir que existe uma grande contradição do assunto, ao longo dos meses, citando novamente a intervenção do presidente, na reunião de 11 de março. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que não está em causa o funcionário A ou B nem o valor, dado que o presidente tem competência para “estabelecer o que bem entende”, mas sim as falsas declarações prestadas à Câmara Municipal, em março, pelo senhor presidente, porque refere em Ata que o dito funcionário vai auferir o mesmo que auferia, quando existe distinção/desigualdade de vencimentos entre janeiro e fevereiro. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **RETIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALCOUTIM AO PROT ALGARVE:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes do relatório de fundamentação em anexo, a retificação da alteração por adaptação do PDM ao PROT-Algarve, que se consubstancia na alteração da redação do artigo 37.º (“Edificabilidade”) do Regulamento do Plano de Diretor Municipal de Alcoutim, nos seguintes termos: -----

Onde se lê: -----

Artigo 37.º

Edificabilidade

1 - As áreas que integram os espaços agrícolas ainda não comprometidas urbanisticamente constituem áreas non aedificandi, não sendo permitido nessas áreas a realização de quaisquer obras de construção civil. -----

2 - Nas áreas que integram os espaços agrícolas já comprometidas urbanisticamente só poderá ser licenciada a realização de obras nos termos do disposto nos artigos 43.º-A, 43.º-B, 43.º-C e 43.º-D e a construção de Equipamentos de utilização coletiva públicos ou privados e de infraestruturas territoriais públicas ou privadas, de reconhecido interesse municipal, desde que não exista alternativa viável à instalação dos mesmos e a sua localização seja fundamentada em estudo de enquadramento que assegure, nomeadamente, a sua correta inserção no ambiente. -----

3 - Quando os solos abrangidos pelas obras referidas no número anterior integrem a RAN, o respetivo licenciamento depende da sua prévia desafetação pelas autoridades administrativas competentes dos fins agrícolas a que se destinam”. -----

Deve passar a ler-se:

“ Artigo 37.º

Edificabilidade

1- Revogado.

2 - Nas áreas que integram os espaços agrícolas só poderá ser licenciada a realização de obras nos termos do disposto nos artigos 43.º-A, 43.º-B, 43.º-C e 43.º-D e a construção de Equipamentos de utilização coletiva públicos ou privados e de infraestruturas territoriais públicas ou privadas, de reconhecido interesse municipal, desde que não exista alternativa viável à instalação dos mesmos e a sua localização seja fundamentada em estudo de enquadramento que assegure, nomeadamente, a sua correta inserção no ambiente. -----

3 - Quando os solos abrangidos pelas obras referidas no número anterior integrem a RAN, o respetivo licenciamento depende da sua prévia desafetação pelas autoridades administrativas competentes dos fins agrícolas a que se destinam”. -----

2. Remeter, posteriormente, a deliberação de aprovação da retificação da alteração por adaptação do PDM ao PROT-Algarve, para conhecimento da Assembleia Municipal e da CCDR do Algarve. -----

3. Determinar a devida publicitação da deliberação na II Série do Diário da Republica. -----

4. Que a deliberação produza efeitos a partir da publicação em Diário da Republica. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para questionar o presidente, no que concerne ao ponto seis do Relatório de Fundamentação, nomeadamente quem detetou o lapso e quais as áreas abrangidas? Tendo o presidente usado da palavra para referir que dada a especificidade do conteúdo do documento, solicita, a colaboração do Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou, para esclarecimentos adicionais. Acrescentou ainda que o documento é recente, e vai-nos permitir melhorias na “criação de oportunidades” no PDM.

----- O vereador José Pereira interveio igualmente para solicitar uma explicação sucinta do assunto. -----

----- O Eng.º Henrique Hou interveio para mencionar que o lapso foi detetado pelos serviços de obras da DOPGU aquando da aplicação direta do PDM em Alcoutim, tendo-se investigado a forma jurídica para promover a sua correção, à semelhança do já efetuado em anteriores correções regulamentares, e que resultou neste processo de retificação. No que respeita às áreas abrangidas mencionou que as mesmas referem-se aos Espaços Agrícolas, cuja delimitação está demarcada em Plantas de Ordenamento do PDM de Alcoutim. De seguida fez uma breve referência cronológica do processo. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para questionar se o número 1 do artigo 37.º foi totalmente revogado, ao qual o Eng.º Henrique Hou esclareceu que sim, e que o objetivo da retificação prende-se através dessa revogação, respeitante aos espaços agrícolas não comprometidos urbanisticamente, bem como à alteração do n.º 2 do mesmo artigo, o qual se passa a aplicar, indistintamente, a todo o espaço agrícola. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para questionar ainda o que poderá ser construído nesse espaço agrícola, tendo o Eng.º Henrique Hou

explicado que com a aprovação da retificação, nas áreas que integram os espaços agrícolas só poderá ser licenciada a realização de obras nos termos do disposto nos artigos 43.º-A (Estabelecimentos Hoteleiros Isolados), 43.º-B (Edificações Isoladas), 43.º-C (Edificações de Apoio) e 43.º-D (Obras de Conservação, alteração e ampliação de construções existentes) e a construção de Equipamentos de utilização coletiva públicos ou privados e de infraestruturas territoriais públicas ou privadas, de reconhecido interesse municipal, desde que não exista alternativa viável à instalação dos mesmos e a sua localização seja fundamentada em estudo de enquadramento que assegure, nomeadamente, a sua correta inserção no ambiente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – AGOSTINHO JOSÉ MARQUES – COVÃO - VAQUEIROS:** Foi presente um requerimento de Agostinho José Marques, residente na rua Serpa Pinto, n.º 55 C 1.º Dto, S. Brás de Alportel, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 117 e secção n.º 24, da freguesia de Vaqueiros e concelho de Alcoutim, no sítio do Covão, com a área de 0,1960 ha em nome de Assunção Custódia, em regime de três partes, cabendo a quota de ½ em nome de Manuel José Gaspar, de 1/4 em nome de Carlos Manuel Lopes e ¼ em nome de Agostinho José Marques, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – AGOSTINHO JOSÉ MARQUES – AZINHEIRA RAMUDA E FONTES - VAQUEIROS:** Foi presente um requerimento de Agostinho José Marques, residente na rua Serpa Pinto, n.º 55 C 1.º Dto, S. Brás de Alportel, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade dos prédios rústicos: -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 29 e secção n.º 042, da freguesia de Vaqueiros e concelho de Alcoutim, no sítio das Fontes, com a área de 0,0320 ha, em nome de Assunção Custódia; -----

----- Inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 65 e secção n.º 017, da freguesia de Vaqueiros e concelho de Alcoutim, no sítio da Azinheira Ramuda, com a área de 4,1520 ha, em nome de Assunção Custódia; -----

Em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Manuel José Gaspar e 1/2 em nome de Agostinho José Marques, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – AGOSTINHO JOSÉ MARQUES – CERRO DA BURRA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente um requerimento de Agostinho José

Marques, residente na rua Serpa Pinto, n.º 55 C 1.º Dto, S. Brás de Alportel, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 26 e secção n.º 125, da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim, no sítio do Cerro da Burra, com a área de 4,6120 ha em nome de Maria Custódia dos Santos Dias e Assunção Custódia, em regime de três compartes, cabendo a quota de ½ em nome de Maria Custódia dos Santos Dias, de 1/4 em nome de Manuel José Gaspar e ¼ em nome de Agostinho José Marques, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA AMAL – LOTE 5 – LOTE COMPILADO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que o Fornecimento de Energia Elétrica em Regime de Mercado Livre para o Município de Alcoutim ao abrigo do Acordo Quadro Celebrado pela Central de Compras da AMAL – Lote 5 – Lote Compilado, seja adjudicado à empresa EDP – Comercial Comercialização de Energia S.A, única concorrente, pelo valor de €818.831,48 (oitocentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e um euros e quarenta e oito cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de 3 anos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira/Ratificação:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, deliberar ratificar o despacho de 25 de março de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM - Comparticipação**

Financeira: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 3.000,00 (três mil euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face a despesas com eventos de desporto motorizado de todo o terreno (atleta Luís Teixeira).

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que aumento do montante do investimento prende-se, “com a forma ou momento, em que o atleta se encontra”, uma vez que está num nível superior. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e

para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE 2014:** Foram presentes os documentos em epígrafe, respeitantes ao exercício de 2014. -----

----- O Presidente da Câmara, Sr. Osvaldo Gonçalves, usou da palavra para tecer algumas considerações sobre o assunto. Iniciou a sua explanação proferindo o discurso que se passa a transcrever: *“No que se refere ao exercício de 2014 passo a referir alguns aspetos que, em meu entender, assumem um carácter relevante na prossecução da sua análise: 1 – O Orçamento e as Grandes Opções do Plano, são, tal como a sua designação indica, documentos de natureza previsional. A discrepância existente entre os Documentos Previsionais e a sua efetiva execução prende-se com a necessidade de estabelecer prioridades de ação, adequando os recursos disponíveis, ao contexto, às necessidades dos cidadãos e ao desenvolvimento do Concelho, no pleno respeito pelo equilíbrio orçamental. Em Portugal, o ano de 2014, caracterizou-se por um contexto económico e social marcado pela implementação de medidas de austeridade que se refletiram, de forma bastante acentuada, quer nas condições de vida das populações, quer nos recursos disponíveis e na autonomia de gestão das autarquias; 2 – No exercício de 2014, a receita arrecadada fixou-se nos 8.378.597,96 €, repartindo-se, esta, em receitas de natureza corrente, de capital e outras receitas com o valor de 6.449.900,56 €, 1.927.571,17 € e 1.126,23 €, respetivamente. O grau de execução da receita foi de cerca 62 %, apresentando um decréscimo no valor da receita, em relação aos anos anteriores, tendência esta que já se verifica desde 2012. No entanto, importa referir que no que se refere às receitas correntes: -----*

- a) O valor arrecadado em 2014 foi o mais elevado dos últimos anos; -----*
- b) No superior interesse dos cidadãos, de forma contribuir para a melhoria das condições de vida das populações e para a sua fixação no Concelho, o município, abdicou da participação correspondente a 5 % do IRS, e aplicou*

durante o ano do exercício, em análise, a taxa mínima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). -----

No que se refere às receitas de capital, o decréscimo registado em relação ao valor Previsto, é resultado da execução abaixo do esperado, com uma relevância predominante para os Capítulos Venda de Bens de Investimento e Transferências de Capital. No que respeita à Venda de Bens de Investimento, a receita ficou aquém do previsto num valor da ordem dos 3.398.297,25 €. No que diz respeito às Transferências de Capital, as mesmas, comparativamente, ao arrecadado no exercício transato verificaram uma redução na ordem dos 1.423.441,22 €, na sua generalidade, devido à redução da verba referente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), e à participação Comunitária – Projetos Cofinanciados. No que diz respeito ao FEF, a receita de capital, no presente exercício foi de 557.696,00 €, ou seja, menos 588.729,00 € do que em 2013. No que concerne à receita no âmbito da participação Comunitária – Projetos Cofinanciados, a mesma fixou-se nos 973.529,87 €, num montante inferior, ao inicialmente previsto, na ordem dos 720.104,13 €, resultado da natureza e condicionalismos inerentes aos próprios processos de candidatura e de execução dos projetos; 3 – No que se refere à despesa, esta fixou-se nos 9.211.968,60 €, repartindo-se, este valor, em despesas de natureza corrente e de capital, 5.234.589,55 € e 3.977.379,05 €, respetivamente. O grau de concretização da despesa, 69 %, é o mais elevado destes últimos anos, existindo, cumulativamente, uma redução no âmbito das Despesas Correntes na ordem dos 890.237,45 €, reflexo de uma gestão mais eficiente e concretizadora. Importa sublinhar, também, que, no cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o montante das Despesas Correntes é inferior ao montante das Receitas Correntes, reflexo da estável situação financeira em que se encontra a autarquia; 4 – No que respeita ao Endividamento, o montante relativo à Dívida a Médio e Longo Prazo, fixou-se em 1.296.022,33 €, e teve um aumento, em relação ao ano transato, na ordem dos 214.183,37 €. No entanto, o valor da Dívida mantém-se em níveis inferiores ao registado em 2011. O referido aumento da dívida resulta da necessidade premente de realização de investimento, por parte da autarquia, em projetos, de natureza

prioritária, e de relevante interesse público; 5 – No que concerne à análise global da execução orçamental do exercício de 2014, o Saldo para a Gerência Seguinte, ao nível da execução orçamental assume um carácter positivo, cifrando-se na ordem dos 542.900,86 €, e, no que se refere às operações de tesouraria, 360.081,29 €, o que revela uma gestão eficaz e equilibrada dos recursos públicos; 5 – Por último, e tal como é referido no Relatório de Gestão, apesar dos constrangimentos que nos foram impostos, a gestão municipal, no exercício em questão, primou pela natureza proactiva e exigente na resolução dos problemas das populações, na concretização dos suas expectativas, e no desenvolvimento do concelho, através da realização de parcerias, com diversos agentes, congregando esforços e racionalizando recursos, no sentido de fazer de Alcoutim, um Concelho com mais vida, e, onde cada vez mais pessoas sentem vontade de viver”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para dar conta do lapso ocorrido na intervenção do presidente, nomeadamente quando o mesmo referiu “que o valor da receita arrecada foi superior ao dos últimos anos”, contudo considera que a informação é relativa à receita corrente, dado que a receita total é inferior em € 600.000,00. Continuou questionando, tendo em conta a redução da receita, a diminuição do saldo de € 1.400.000,00 em 2013 para € 530.000,00 em 2014 e inexistência de receita na rubrica de vendas de bens de investimento, como pensa obter/arrecadar mais receita para a execução de investimento, para fazer face à parte não comparticipada dos fundos comunitários, uma vez que a receita baixou em € 600.000,00 e o saldo em € 900.000,00. Com o não cumprimento no estipulado no n.º 4 do artigo 62.º, da Lei 82-B/2014 OE/2015, no que concerne com as despesas com pessoal e serviços singulares, como pensa resolver o assunto no futuro, em termos de dinheiro? Bem como justificar a diminuição do saldo de € 1.376.271,50 para € 542.900,86, se o investimento baixou em 2014. -----

----- O presidente usou da palavra para esclarecer, no que concerne à primeira questão apontada que “nós temos que trabalhar com aquilo que temos”, no entanto, existem algumas alterações que nos favorecem no próximo quadro comunitário e que não existiam anteriormente. Quanto ao incumprimento do n.º 4 do artigo 62.º da Lei 82-B/2014 OE/2015 adiantou que

estão atualmente a realizar um controlo “mais apertado” sob as despesas (horas extraordinárias, ajudas de custo, etc.), no sentido de “cumprirmos” com o limite máximo atingido em 2014, uma vez que não “queremos” ser penalizados nas transferências do Estado nem despedir qualquer colaborador, bem como informar da existência de um valor de aproximadamente € 20.000,00, que a Câmara terá que gerir ao longo do ano e que já contempla a entrada de dois funcionários ao abrigo dos concursos que se encontram a decorrer. Relativamente à diminuição do saldo mencionou que se deveu à aquisição de terreno, em Martim Longo, pagamentos de obras, nomeadamente Estrada (Santa Marta/Pereiro) – (Tesouro/Giões), equipamento informático e modernização administrativa. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que não entende quando o presidente diz “que vai reduzir para não sermos penalizados em transferências de estado”, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que se a Edilidade não cumprir o valor estipulado, é que vai ser deduzido à despesa. O vereador continuou a sua intervenção lembrando que em horas extraordinárias foi gasto € 30.000,00 e ajudas de custo € 10.000,00, perfazendo um total de € 40.000,00, e como tal é da opinião que existe uma grande diferença de valores. Dando nota de seguida que se o assunto não correr como esperado, e houver por exemplo um aumento das despesas com ADSE ou outras, poderemos ser “entalados”, e nesse sentido apela à ponderação “e já devia ter sido a partir de janeiro”, com as despesas com o pessoal, para que não haja mais reduções da receita. Ainda mencionou que com a redução do saldo e da receita, que em termos de vendas de bens de investimento não vamos realizar “nada ou quase nada”, dando como exemplo o imóvel da Estalagem, e como tal questiona como vamos candidatar-nos a novos investimentos, nomeadamente à parte não comparticipada? -----

----- O presidente usou da palavra para explicar, no que concerne às obras a candidatar que “temos que trabalhar com o que temos”, uma vez que temos alguma capacidade de endividamento que podemos utilizar, caso seja necessário, tendo o vereador José Pereira chamado a atenção para os rácios. -


----- O vereador Paulo Paulino interveio para mostrar igualmente a sua preocupação, sobre a questão levantada, pelo vereador José Pereira, e fazer

menção à situação que “já nos está a hipotecar o futuro”, designadamente o Lar de Martim Longo, por considerar que o anterior executivo “escolheu a pior altura” para avançar com a referida obra, uma vez que se tivesse sido em anos anteriores, a Edilidade, teria conseguido 85% a fundo perdido e evitaria todas estas questões, com saldo em tesouraria, para fazer face a outros investimentos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que é entendimento do vereador, no que se refere ao Lar de Martim Longo, tendo de seguida explicado pormenorizadamente a razão pela qual foi escolhida a data da construção dessa infraestrutura. Adiantou ainda que são decisões políticas, com riscos associados, porém, “se não tivéssemos aproveitado o custo de oportunidade se calhar ainda não tínhamos iniciado a construção do Lar”, e que quando houve a decisão de arriscar com a obra, “tínhamos em conta o saldo que a Autarquia tinha e o transitado do ano anterior, para fazer face às despesas assumidas anteriormente”. -----

----- O vereador José Galrito interveio para mencionar que foi opção política “na altura”, do anterior executivo, com vista à eleição que se aproximava, e como base no programa eleitoral, no entanto, o assunto em questão já tem uma história de vinte anos. Findou referindo que apesar de ser uma opção política do anterior executivo, “levará a obra a bom porto”, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que o vereador não deve ser demagogo e que não entende as opiniões distintas, dos senhores vereadores.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (duas) abstenções, dos Srs. Vereadores José Carlos Pereira e Dr^a Dalila Barros, aprovar os documentos em epígrafe, remetendo-os à Assembleia Municipal nos termos e para efeitos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo apresentado a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “ *A Prestação de Contas têm como objetivo principal, dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, da execução do orçamento e do resultado económico e patrimonial da entidade que presta contas. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2014 previa a realização de um conjunto de investimentos e atividades provenientes de anteriores mandatos autárquicos do PSD, nomeadamente o*



apoio social, conclusão do Espaço Guadiana, Lar de Martim Longo, conclusão do Edifício dos Paços do Concelho, conclusão do Espaço Guadiana, Estrada Nacional 124 Martim Longo/Corte Serranos, que aliados ao período temporal de obra e uma gestão responsável e de rigor poderiam conduzir a uma boa execução orçamental. Dissemos na análise e votação do Orçamento e Das Grandes Opções do Plano para 2014, na reunião pública de 11 de dezembro de 2013, que o controlo da despesa, a rentabilização de recursos e o rigoroso exercício de prioridades de investimento, eram princípios que não víamos refletidos na proposta de orçamento e que nos deixavam grande preocupação. Diz o senhor presidente, nas conclusões do relatório de gestão de 2014 que existiu uma discrepância entre o orçamento e as grandes opções do plano e a sua efetiva execução, demonstrando assim que estávamos corretos na análise efetuada, senão vejamos: no que diz respeito à receita, o orçamento previa uma receita corrente de 6.447.262 € e de receitas de capital 6.838.215€, tendo sido arrecado em receitas correntes 6.449.900 € e em receitas de capital apenas 28% do orçamento, ou seja 1.927.57 €. Já no que diz respeito às despesas eram previstas em correntes 6.124.827 € e em capital 7.160.650 €, tendo sido realizados 5.234.589 € e 3.977.379 respetivamente. Cifrando-se assim a execução orçamental em 69%. Regista-se que o saldo da gerência anterior (2013) de 1.376.271 € foi utilizado em termos de tesouraria e não em termos orçamentais, ou seja, não foi utilizado para o aumento de investimento mas sim para efetuar pagamentos, uma ginástica financeira para aumentar a execução orçamental. Verificamos com agrado que a despesa corrente realizada se aproximou do que defendemos na aprovação do orçamento, registando menos 900.000 € em relação ao que estava previsto em orçamento. Verificamos que a execução de capital em termos de investimento, 3.116.000 € ficou abaixo do previsto, quando estavam reunidas as condições prazo temporal de obra e apoio de fundos comunitários para que tal não acontecesse. Este facto deveu-se à má gestão de obras. Verificamos ainda com agrado, que quando criticamos a verba de 1.369.000 € prevista em orçamento para transferências de capital e considerarmos que este valor era incomportável para as finanças da Câmara, foi despendido 668.638 € menos de metade, mesmo assim sendo uma despesa bastante elevada. Após a análise da prestação

de contas concluímos: que o Município perdeu, do ano de 2013 para 2014, aproximadamente 600.000 € em receitas, que a despesa corrente em termos de rácio euros/população aumentou de 2013 para 2014, que o investimento por habitante baixou, que as despesas de capital/km² diminuíram em cerca de 1.000 €, que o saldo do município reduziu de 1.400.000 € para 540.000 € em 2014. Torna-se assim preocupante que a estabilidade financeira conseguida no passado seja colocada em causa no futuro. Torna-se também preocupante o não cumprimento no estipulado no artigo 62.º da Lei 82 B/2014 (orçamento de estado), no que concerne aos limites da despesa com o pessoal e prestações de serviço singulares, sendo que o município ultrapassou esse limite em 800.000 €, estando assim condicionado à contratação de pessoal. Considerando que o acima exposto não contribui para o desenvolvimento e crescimento económico futuro do Município. Considerando que verifica-se a falta de estratégia política com vista ao crescimento económico e combate à desertificação. Considerando que em termos futuros podem estar em causa a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos munícipes. Assim, numa perspetiva de oposição séria, coerente, responsável e num alerta ao executivo permanente quanto ao futuro, abstemo-nos".-----

----- **I REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S:** Foram presentes os documentos em epígrafe. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que compreende estas revisões e aceita, no entanto, questiona o que pretendem adquirir com o montante de € 67.000,00, que consta na rubrica para aquisição de prédios urbanos. -----

----- O presidente interveio para esclarecer que é intenção de adquirir um imóvel contíguo ao Edifício da Caixa Agrícola, em Martim Longo, para apoio a atividades da Edilidade, nomeadamente para servir de apoio ao Espaço de Cidadão, porém, "também temos intenção" de adquirir outro espaço. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para questionar qual é essa intenção? E referir que enquanto vereador da oposição tem o direito de saber os bens a adquirir. Findou referindo que o valor que consta na rubrica para aquisição de prédios urbanos é demasiado exagerado, tendo em conta o

valor “a despende” pelo imóvel, em Martim Longo, bem como referir que em sua opinião “não sabem o que vão comprar”. -----

----- O presidente e vereador José Galrito intervieram em uníssono para referir que ainda estão a decorrer negociações, e por uma questão de respeito pelo vendedor a “seu teu tempo” irá ter conhecimento. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que “andam a esconder” assuntos/matérias aos vereadores opositores e mais uma vez estão a limitar a ação dos mesmos, tendo o vereador José Galrito acrescentado que considera que “aquilo que nós perspetivamos, não temos que avisar antecipadamente”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos em apreço, bem como submeter os mesmos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto do artigo 25.º n.º 1 da alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

